REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AQUICULTURA E PESCA DO INSTITUTO DE PESCA / APTA/SAA/SP

Aprovado pelo CPG em maio de 2025

O DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO DO INSTITUTO DE PESCA DA AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 46.488/2002, de 8 de janeiro de 2002, baixa a seguinte portaria, com vistas a implantar o Regimento do Programa de Pós-graduação “*stricto sensu*” do Instituto de Pesca:

TÍTULO I DOS OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I – Dos Objetivos

Artigo 1º - O Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca do Instituto de Pesca da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios tem o objetivo de capacitar, atualizar e aprimorar profissionais de nível superior, em aspectos científicos e tecnológicos nas áreas de Aquicultura e Pesca.

Parágrafo único - O Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca reger-se-á pelas normas ora baixadas e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 2º - O Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca será desenvolvido na modalidade “*stricto sensu*”, compreendendo o nível de formação de Mestrado, conduzindo ao grau de Mestre ou Mestra.

Parágrafo único - O Mestrado visa possibilitar ao graduado as condições de desenvolver estudos que demonstrem o domínio de instrumentos conceituais e metodológicos essenciais na Área de Concentração em Aquicultura e Pesca, qualificando-o(a) para exercer as atividades de pesquisa científica e tecnológica e de docência em nível superior.

CAPÍTULO II - Da Estrutura Administrativa

Artigo 3º - O Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca (PPG-AP) do Instituto de Pesca (IP) tem a seguinte organização geral:

I - Comitê de Pós-graduação (CPG);

II - Conselho de Área (CA);

III - Corpo Docente da Área;

IV - Corpo Discente;

§ 1º - O Comitê de Pós-graduação (CPG) é o órgão superior de gestão acadêmica e de deliberação para questões relativas ao Programa de Pós-Graduação do IP.

§ 2º - O Conselho de Área (CA) é o órgão de gestão acadêmica com representação docente e discente do Programa.

§ 3º - O Corpo Docente da Área é o conjunto de profissionais habilitados e de reconhecida competência para o ensino em suas especialidades na área de concentração do curso.

§ 4º - O Corpo Discente da Área é o conjunto de alunos nela matriculados.

CAPÍTULO III – Do Comitê de Pós-graduação

Artigo 4º - Integram o CPG: o pró-reitor de Pós-graduação, o coordenador do Programa de Pós-graduação, que será seu presidente, o vice coordenador do Programa, que será o vice-presidente, o coordenador do Conselho de Área e seu suplente.

§ 1º – Todos os membros do CPG serão escolhidos dentre os docentes do Programa, através de eleição pelos membros do Corpo Docente, com o referendo do Diretor de Departamento (Reitor).

§ 2º - O coordenador do Programa atuará principalmente no âmbito externo ao mesmo, sendo responsável pelas avenças junto a órgãos financiadores, instâncias superiores e CAPES, inclusive quanto à consolidação dos relatórios anuais.

§ 3º - O vice coordenador do Programa, além de atuar como suplente do coordenador, para representá-lo em caso de impedimento, executará as competências do CPG no âmbito interno do Programa.

§ 4º - O mandato dos integrantes do CPG será de dois anos, sendo permitida a recondução por mais um mandato.

§ 5º – Preferencialmente as eleições para a renovação do CPG serão realizadas sempre até o mês de outubro do último ano do biênio, com os novos mandatos iniciando no mês de janeiro do ano subsequente. Este período será considerado como um período de transição.

Artigo 5º - Compete ao Comitê de Pós-graduação (CPG)

I - Orientar e organizar a política de pesquisa e ensino de Pós-graduação no Instituto de

Pesca;

II - Fazer cumprir as determinações do Regimento Geral da Pós-graduação e demais disposições permanentes;

III - Criar, reformular e desativar as áreas de concentração;

IV - Acompanhar e avaliar o desempenho da área;

V - Deliberar sobre a estrutura curricular da área, bem como eventuais alterações, propostas ao Conselhos de área pelo Corpo Docente;

VI - Deliberar sobre o número máximo de vagas, proposto pelo Conselho de Área;

VII - Estabelecer ou reformular normas para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes;

VIII - Estabelecer ou reformular as normas gerais para seleção de candidatos, exame de qualificação, exame de proficiência, exame de defesa de dissertação e desligamento de discentes;

IX - Deliberar sobre o número de vagas no PPG;

X - Deliberar sobre o desligamento de docentes e discentes;

XI - Fixar as épocas de prazos de inscrição, seleção e matrícula;

XII - Estabelecer e divulgar o calendário de matrícula em disciplinas e outras atividades, relatórios, exame de seleção, etc. relacionados ao Programa;

XIII - Homologar os pedidos de exames de qualificação e defesas de dissertação;

XIV - Homologar os relatórios de comissões examinadoras de defesas de dissertações;

XVI - Homologar a indicação de coordenadores do Conselho de Área;

XVII - Decidir sobre a cobrança de taxas e as regras para a distribuição dos recursos;

XVIII - Definir e consolidar as necessidades orçamentárias para execução do Programa de Pós-graduação, bem como efetuar a captação e gerenciamento de recursos orçamentários externos;

XIX - Efetuar gestões junto ao MEC, CAPES e Agências de Fomento em relação à administração, à regulamentação e ao registro das Áreas;

XX - Julgar recursos de casos que forem indeferidos no CA;

XXI - Decidir sobre prorrogação de prazos para conclusão do Curso;

XXII - Consolidar ou elaborar os relatórios das atividades do PPG-AP a CAPES, MEC, agências de fomento e às instâncias superiores;

XXIII - Propor complementações e modificações no regimento do Programa de Pós-graduação, quando aprovadas por maioria simples dos membros do Comitê;

XXIV - Deliberar sobre os casos omissos neste Regimento;

XXV - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

Artigo 6º - São atribuições do Coordenador do Programa:

- I - Representar o Programa de Pós-graduação do Instituto de Pesca nas diferentes instâncias;
- II - Convocar o CPG, divulgando previamente a pauta da reunião;
- III - Convidar, quando necessário, pessoas não pertencentes ao Comitê para esclarecimentos de matérias em discussão;
- IV - Designar membros do CPG para relatar processos a serem encaminhados;
- V - Responder, perante a CAPES, MEC e instâncias superiores, a respeito das atividades do Programa;
- VI - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

Artigo 7º – São Atribuições do Vice-coordenador do Programa:

- I – Substituir o coordenador em caso de impedimento deste;
- II - Executar as competências do CPG no âmbito interno do Programa;
- III - Baixar documentação de implementação das deliberações do CPG;
- IV - Fornecer informações sobre o Programa, quando solicitadas pelo CPG e unidades do Instituto de Pesca;
- V - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

CAPÍTULO IV – Do Conselho de Área

Artigo 8º - O Conselho de Área (CA) é composto por um coordenador e seu substituto, ambos membros do corpo docente, e um representante do corpo discente, regularmente matriculado na Área.

§ 1º - O Coordenador do CA deverá ser eleito pelo Corpo Docente, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º - O representante do corpo discente, bem como seu suplente, deverão ser alunos regularmente matriculados. Serão eleitos por seus pares, com mandato de dois anos.

§ 3º - O Coordenador de Área escolherá um suplente para atuar em seu eventual impedimento.

Artigo 9º - Compete ao Conselho de Área (CA):

- I - Coordenar as atividades didático-científicas no âmbito de sua área de concentração;
- II – Propor ao CPG a criação e exclusão de disciplinas, reformulação e desativação da Área;
- III – Criar a estrutura curricular da Área;
- IV – Propor o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos

docentes da Área;

- V** - Homologar as inscrições dos candidatos na área;
- VI** - Deliberar sobre os professores de disciplinas para cada período letivo;
- VII** - Deliberar sobre a designação do orientador e do coorientador;
- VIII** - Deliberar sobre a aceitação de créditos de disciplinas, obtidos ou a obter em outros Cursos de Pós-graduação, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo CPG;
- IX** - Deliberar sobre Bancas de Exames de Qualificação e Dissertação;
- X** - Autorizar e acompanhar a realização dos Exames de Qualificação na sua área;
- XI** - Assistir o Corpo Docente na elaboração das ementas de cada disciplina e da estrutura curricular da Área, para deliberação do CPG;
- XII** - Propor ou opinar sobre o desligamento de docentes e discentes, para deliberação do CPG;
- XIII** - Deliberar sobre a prorrogação dos prazos de qualificação e defesa;
- XIV** - Encaminhar ao CPG os casos omissos e considerados fora de sua competência;
- XV** - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

Artigo 10º - São atribuições do Coordenador de Área:

- I** - Exercer a coordenação das atividades acadêmicas da Área;
- II** - Convocar e presidir reuniões do Conselho de Área;
- III** - Convocar e presidir reuniões do Corpo Docente e Discente da Área;
- IV** - Designar as Bancas Examinadoras mencionadas no inciso IX do Artigo 9º;
- V** - Baixar documentação de implementação das deliberações do CA;
- VI** - Fornecer informações sobre a Área, quando solicitadas pelo CPG;
- VII** - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

CAPÍTULO V – Do Corpo Docente

Artigo 11 - O Corpo Docente do PPG-AP será constituído por profissionais com titulação mínima de Doutor, de reconhecida competência para o ensino em suas especialidades e de produção científica relevante na área do programa.

§ 1º - Poderão ser credenciados junto ao PPG-AP, pesquisadores do Instituto de Pesca e professores ou pesquisadores de outras instituições de ensino superior ou de pesquisa, especialmente convidados pelos CAs, com apreciação e

homologação do CPG.

§ 2º - O credenciamento dos docentes do PPG-AP terá validade de 2 anos, após os mesmos deverão ser reconhecidos ou não.

§ 3º - A indicação de novos docentes ao PPG-AP será feita com base em propostas que serão apreciadas e homologadas pelo CPG, de acordo com as Normas Complementares.

§ 4º - A cada novo reconhecimento do PPG-AP, o CPG deverá avaliar o seu corpo docente, como estabelecido nas Normas Complementares.

§ 5º - As categorias de docentes do PPG-AP e suas atribuições no Programa são definidas pela Portaria 068 de 03 de agosto de 2004 da CAPES, ou suas sucessoras, sendo classificadas como: docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

§ 6º - A proporção entre o número total de docentes permanentes, colaboradores e visitantes credenciados no PPG-AP, deverá observar sempre os critérios da Área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros da CAPES vigentes no quadriênio.

§ 7º - Docentes aposentados da Instituição e ou pertencentes a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) poderão ser credenciados junto ao PPG-AP, desde que devidamente autorizados por escrito pela Diretoria de Departamento, para utilização do espaço físico, de reagentes e equipamentos alocados no mesmo. Estes não serão considerados externos ao IP.

§ 8º - Poderão ser autorizados a ministrar disciplinas no PPG-AP, na categoria de Docente Visitante, professores ou pesquisadores de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, convidados pelo CPG especificamente para tal fim. A autorização para ministrar aula como Docente Visitante terá a validade de um ano, após o que o Docente Visitante passará pelo processo de reconhecimento.

Artigo 12 - Compete aos membros do Corpo Docente:

- I - Responsabilizar-se por ministrar anualmente as, disciplinas constantes do currículo da Área de Aquicultura e Pesca
- II - Responsabilizar-se pela infraestrutura para a realização da sua disciplina;
- III - Enviar o diário de classe conforme modelo do Programa à Secretaria de Pós-graduação no máximo 30 dias após a conclusão da disciplina;
- IV - Exercer a orientação acadêmica de alunos e orientar os trabalhos de Dissertação;
- V - Responsabilizar-se pela realização do Exame de Qualificação de seus orientados
- VI - Participar das reuniões convocadas pelo Presidente do CPG ou Coordenador

do CA ou por dois terços dos membros do Corpo Docente da Área;

VII - Opinar junto ao Conselho de Área a respeito do número de vagas a ser oferecido a cada ano letivo;

VIII - Participar da eleição para o Conselho de Área;

IX - Opinar sobre a designação dos responsáveis pelas disciplinas para cada período - Elaborar as ementas de suas disciplinas para deliberação do CPG;

X - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

CAPÍTULO VI – Do Corpo Discente

Artigo 13 - O Corpo Discente é o conjunto dos alunos nele admitidos e matriculados regularmente.

Artigo 14 - Compete ao Corpo Discente:

I - Efetuar semestralmente matrícula em disciplina ou Atividade de Pesquisa no período previsto;

II - cursar pelo menos 01 (uma) disciplina, durante o semestre referente ao seu ingresso no Programa;

III - Elaborar, em comum acordo com o orientador, um plano de Dissertação, de acordo com o estabelecido nas Normas Complementares, para aprovação do CA;

IV - Enviar o relatório anual de atividades quando solicitado, devidamente endossado pelo orientador, ressaltando principalmente a produtividade científica (trabalhos publicados e participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos) no período;

V - Eleger anualmente um representante e seu suplente para o CA;

VI - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais disposições pertinentes.

CAPÍTULO VII - Do Funcionamento do CPG e CA

Artigo 15 - Os CPG e CA reunir-se-ão pelo menos uma vez a cada semestre letivo e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pelo Coordenador.

Artigo 16 - As reuniões do CPG e do CA serão presididas pelo Coordenador do Programa, sendo substituídos em suas faltas e impedimentos pelos seus suplentes.

Artigo 17 - As reuniões do CPG e CA somente poderão ser realizadas com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 1º - Em todas as votações constará da ata o número de votos favoráveis e contrários.

§ 2º - Em casos de empate nas votações, o presidente do CPG terá direito, além de seu voto, ao de desempate.

TÍTULO II DAS ATIVIDADES CURRICULARES E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I – Da Admissão ao Programa

Artigo 18 - A admissão de alunos regulares será condicionada à capacidade de orientação do PPG-AP em função do número de orientadores/vagas disponíveis para esse fim, bem como, da possibilidade de oferecimento das disciplinas no período e da própria capacidade de absorção do Programa, conforme estabelecido nas Normas Complementares.

Artigo 19 - Para admissão ao PPG-IP, o candidato deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - Possuir diploma de curso superior, outorgado por instituição nacional ou estrangeira, sendo a aceitação, dependente de verificação e aprovação pelo CA;

II - Ser aprovado em processo de seleção definido nas Normas Complementares;

III - Apresentar, quando solicitado e dentro dos prazos estabelecidos, a documentação pertinente.

Artigo 20 - Não existe vaga específica para alunos de outros países ou de Instituições conveniadas ou dos Institutos da APTA-SAA, estando os mesmos sujeitos às normas de ingresso no Programa, especificadas nas Normas Complementares.

Artigo 21 - A admissão do candidato ao Curso ficará vinculada ao aceite prévio do orientador.

CAPÍTULO II – Das Atividades de Pós-graduação

Artigo 22 – A matrícula nas disciplinas será efetuada semestralmente, de acordo com calendário elaborado anualmente pelo CPG.

§ 1º - Não haverá limite de disciplinas a serem cursadas em um semestre, ficando a

cargo do orientador o aval da ficha de matrícula do aluno.

§ 2º - É obrigatória a matrícula em Atividade de Pesquisa nos períodos em que o aluno não estiver matriculado em disciplinas.

§ 3º - O prazo para cancelamento da disciplina é de 15 dias antes do início da mesma, devendo a ficha com o pedido de cancelamento ser enviada à Secretaria do Programa. Caso o cancelamento ocorra fora do prazo estipulado, será cobrada uma taxa por disciplina cancelada, equivalente a 50% da taxa de matrícula. Casos excepcionais deverão ser justificados com atestado. A não obediência ao prazo tornará obrigatória a conclusão da disciplina.

Artigo 23 - Poderá ser aceita a inscrição de aluno vinculado (especial) em disciplinas específicas, a critério dos responsáveis pelas mesmas, desde que seja profissional graduado e apresente os requisitos estabelecidos nas Normas Complementares.

Artigo 24 - Cada aluno terá um Orientador, aprovado pelo Conselho de Área, dentre os docentes credenciados no Programa.

§ 1º - O orientador deverá fixar o programa de estudos do aluno, acompanhar e avaliar sua atividade de pesquisa, responsabilizando-se integralmente por seu desempenho;

§ 2º - Poderá haver mudança do orientador sempre que houver conveniência ou motivo de força maior, ficando a aprovação reservada ao CPG;

§ 3º - Caso ocorra o encerramento do compromisso de orientação antes da defesa da Dissertação, por parte do orientador ou orientado, o orientador deverá encaminhar um relatório circunstancial e explicativo da questão, para posterior homologação pelo CPG;

§ 4º - O número máximo de orientados por orientador simultaneamente será de no 5 (cinco) excluindo-se aqueles com data marcada para defesa da Dissertação;

§ 5º - Os Docentes Permanentes do Programa deverão orientar pelo menos quatro alunos a cada quadriênio conforme requisitos propostos pela CAPES Este requisito será levado em consideração por ocasião do processo de recondução do docente.

§ 6º Docentes colaboradores (DC) devem ter no máximo uma orientação por vez.

Artigo 25 - Em casos específicos, mencionados nas Normas Complementares, um docente do IP ou externo à instituição, com titulação mínima de Doutor, poderá ser reconhecido como coorientador.

§ 1º - O coorientador não poderá fazer parte das Comissões Examinadoras do Exame de Qualificação e da Defesa de Dissertação do seu coorientado.

§ 2º - O coorientador poderá coorientar no máximo quatro dissertações simultaneamente

§ 3º - Coorientadores que já atuaram no Programa somente poderão coorientar novamente após comprovação de publicação dos artigos derivados das dissertações coorientadas anteriormente. Para defesas recentes, um prazo de 18 meses será considerado para este fim.

Artigo 26 - O aproveitamento em cada disciplina, avaliado através de provas, exames e trabalhos, será expresso pela atribuição de um dos seguintes conceitos:

I - De aprovação:

A – Excelente

B - Bom

C - Regular

II - De reprovação:

D - Reprova simples

E - Abandono da disciplina

Parágrafo único. Além desses, os seguintes conceitos podem ser atribuídos:

I - Incompleto: conceito atribuído ao aluno que, por motivo aceito pelo responsável pela disciplina, não houver completado todos os requisitos da atividade correspondente, devendo obrigatoriamente ser substituído por um dos outros conceitos estipulados neste artigo, no prazo máximo de três meses contados a partir do término do período letivo.

T - Transferido: atribuído às disciplinas cursadas em outra instituição, a critério do Conselho de Área.

Artigo 27 - As atividades do PPG-AP serão expressas em unidades de crédito.

Parágrafo único – Cada unidade de crédito corresponde a quinze horas de atividades programadas, em sala de aula ou não.

Artigo 28 - A frequência às aulas e demais atividades de uma disciplina é obrigatória, sendo reprovado o aluno que ultrapassar 30% de faltas.

Artigo 29 - Disciplinas de Pós-graduação cursadas como aluno regular em outros Cursos de Pós-graduação recomendados pela CAPES, poderão ser reconhecidas a critério do CPG, até o máximo de um terço do total de créditos exigidos para disciplinas, desde que cursadas dentro do prazo estabelecido para o Mestrado, conforme estabelecido nas Normas Complementares.

Parágrafo único - O reconhecimento de disciplinas cursadas em outros cursos de Pós-

graduação será feito através da covalidação dos créditos das mesmas pelo CPG, ouvido o CA, com base na carga horária e conteúdo das disciplinas cursadas.

Artigo 30 – O exame de Qualificação a ser realizado pelo aluno tem como objetivo avaliar o desempenho didático deste, bem como seu nível de conhecimento e contribuição científica na área de concentração e/ou linha de pesquisa científica do projeto desenvolvido, conforme estabelecido nas Normas Complementares.

§ 1º - Alunos estrangeiros deverão realizar Exame de Qualificação em português, espanhol ou inglês.

§ 2º - Para realizar Exame de Qualificação o aluno deverá ter integralizado o número mínimo de créditos em disciplinas.

§ 3º - O Exame de Qualificação deverá ser realizado obrigatoriamente dentro do prazo regimental de **20 meses**, não cabendo prorrogação de prazo, salvo por motivo amplamente justificável, avaliado e aceito pelo CPG.

§ 4º Em caso de reprovação no Exame de Qualificação, o mesmo deverá ser realizado no período máximo de um mês após a data do primeiro Exame, sendo o prazo de defesa automaticamente prorrogado por um mês.

Artigo 31 – Poderá ser desligado do PPG-AP o aluno que:

- I - Obter conceito D ou E em duas disciplinas ou por duas vezes na mesma disciplina;
- II - Ultrapassar o prazo máximo permitido para integralização dos créditos;
- III - Não efetuar matrícula em disciplina ou Atividade de Pesquisa;
- IV - Não cumprir qualquer atividade dentro dos prazos regimentais;
- V - For reprovado por duas vezes no Exame de Qualificação;
- VI - For reprovado na Defesa de Dissertação;
- VII - Por solicitação do Orientador com base no seu desempenho em atividades acadêmicas e/ou de pesquisa, através de parecer circunstanciado ao CPG do PPG- AP;
- VIII – Solicitar o desligamento.

Artigo 32 - O Mestrado do PPG-AP terá a duração mínima de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º - A prorrogação deste prazo, em casos plenamente justificados, será de competência exclusiva do CPG, não podendo exceder a 06 (seis) meses.

§ 2º - A prorrogação do prazo de conclusão do Mestrado poderá ser maior que seis meses apenas em casos excepcionais, onde fique comprovada a absoluta impossibilidade do aluno em cumpri-lo, devendo ser aprovada por unanimidade pelos membros do CPG.

§ 3º - A prorrogação do prazo deverá ser solicitada e justificada pelo aluno, com anuência do orientador e encaminhada ao CA.

Artigo 33 - O aluno deverá integralizar o mínimo de 96 (noventa e seis) créditos, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e dois) pela Dissertação.

Artigo 34 - O aluno deverá prestar o Exame de Qualificação com objetivo de avaliar o seu desempenho didático, bem como sua capacidade com relação ao nível de conhecimento e a contribuição científica para a área de concentração e/ou na linha de pesquisa específica do projeto a ser desenvolvido, conforme estabelecido nas Normas Complementares.

CAPÍTULO III – Da Nova Matrícula e das licenças Maternidade e Paternidade

Artigo 35 – O aluno desligado sem a realização de defesa do Mestrado e que for aprovado em novo processo seletivo terá seu reingresso considerado como nova matrícula.

§ 1º – Considera-se desligamento, para fins do *caput* deste artigo, a ocorrência de um dos casos citados no art. 32 deste Regimento.

§ 2º – A solicitação de nova matrícula deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I – Justificativa do interessado;

II – Anuência do orientador;

III – plano de trabalho aprovado pelo orientador;

IV – Histórico escolar do antigo curso.

§ 3º – A documentação deverá ser aprovada pela CPG.

§ 4º – A nova matrícula deverá ser efetivada de acordo com o cronograma estabelecido pela Comissão de Seleção para o ano vigente

§ 5º – O interessado, cuja solicitação for aprovada, será considerado aluno novo. Conseqüentemente, deverá cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os alunos ingressantes, podendo aproveitar os créditos cursados nos últimos 24 meses, a critério do orientador.

Artigo 36 – O estudante matriculado em curso de Mestrado poderá usufruir de licença-maternidade ou paternidade, com suspensão da contagem dos prazos regimentais.

§ 1º – A pós-graduanda poderá usufruir de licença-maternidade por um prazo de até seis meses.

§ 2º – O pós-graduando poderá usufruir de licença-paternidade por um prazo de vinte dias.

§ 3º – Para a concessão da licença deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I – requerimento firmado dirigido ao CPG, acompanhado da certidão de nascimento;

II – a licença será concedida a partir da data do nascimento ou da adoção, não sendo aceitos pedidos posteriores ao período aquisitivo.

Artigo 37 – O estudante matriculado em curso de Mestrado poderá solicitar prorrogação de prazo para exame de Qualificação ou defesa de Dissertação por motivos de licença médica desde que comprove com atestado emitido pelo médico.

§ 1º – A prorrogação deverá ser endossada pelo orientador.

§ 2º – Os prazos de prorrogação e casos excepcionais serão avaliados pelo CPG.

Artigo 38 – O estudante matriculado poderá usufruir de bolsa de Mestrado do PPG-IP, podendo ser concedidas pela CAPES ou CNPq, devendo atentar para as normas e procedimentos específicos exigidos por cada agência.

§ 1º – As bolsas do programa terão duração máxima de 24 meses.

§ 2º – Caso o discente não atenda as exigências das normas e procedimentos das agências de fomento ou do PPG-IP, poderá ter a bolsa suspensa, recorrendo em riscos de devolução dos pagamentos realizados.

CAPÍTULO IV - Da Concessão de Títulos Acadêmicos

Artigo 39 – Para a concessão do título de Mestre ou Mestra, o aluno deverá defender perante uma Comissão Examinadora, uma Dissertação que represente um trabalho inédito de pesquisa científica e que demonstre domínio dos conceitos e métodos na área.

§ 1º - A Defesa de Dissertação de Mestrado somente poderá ser realizada depois da aprovação do candidato no Exame de Qualificação, devendo ocorrer no mínimo, após 120 dias corridos a partir desta aprovação.

§ 2º- Os procedimentos para a realização da Defesa, bem como para a elaboração da dissertação encontram-se definidas nas Normas Complementares.

Artigo 40 – A aprovação do candidato na Defesa de Dissertação deverá ser homologada pelo CPG.

§ 1º - À homologação da Defesa de Dissertação de Mestrado pelo CPG serão atribuídos 72 (setenta e dois) créditos.

§ 2º - Os procedimentos para a homologação da Defesa de Dissertação

encontram- se definidos nas Normas Complementares.

Artigo 41 - O Diploma de Mestre ou Mestra em Aquicultura e Pesca, na área de concentração de Aquicultura e Pesca do PPG-AP do Instituto de Pesca, será emitido pelo próprio Instituto e validado pelo Setor de Registros de Diplomas da Universidade de São Paulo.

§ 1º - A documentação necessária para a emissão do diploma e sua validação encontra- se relacionada nas Normas Complementares.

§ 2º - O Diploma será assinado pelo Diretor Técnico de Departamento do Instituto de Pesca, pelo Coordenador do CPG e pelo discente.

§ 3º - O Histórico Escolar do aluno será emitido a cada período letivo, devendo ser assinado somente pelo Coordenador do CPG.

CAPÍTULO V - Dos Recursos

Artigo 42 - Os recursos decorrentes das decisões do CA deverão ser apresentados pelo interessado por escrito e devidamente justificado, no prazo máximo de 15 dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer.

Parágrafo único - O CA deverá no prazo de quinze dias, reformular sua decisão, no caso de mantê-la, encaminhar o recurso ao Comitê de Pós-graduação.

Artigo 43 - Não caberão recursos nas decisões unânimes do CPG.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 44 - Este Regimento poderá ser alterado por força de lei ou conforme o estabelecido no inciso XXIII do Artigo 5º

Artigo 45 - Os casos omissos no presente Regimento serão avaliados e resolvidos pelo Comitê de Pós-graduação ou pelo Conselho de Área, a pedido de qualquer docente do Programa.

Artigo 46 - Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, revogadas as disposições em contrário.